

Superior Tribunal de Justiça

AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1764089 - CE (2018/0227060-4)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : COSAMPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA
ADVOGADOS : RAFAEL PEREIRA DE SOUZA - CE011144
JOÃO VICTOR MAPURUNGA SILVEIRA - CE021523
CAROLINA HUPPES CAVALCANTE - CE031169
MARIA IMACULADA GORDIANO OLIVEIRA
BARBOSA E OUTRO(S) - CE008667
AGRAVADO : MUNICIPIO DE LIMOEIRO DO NORTE
PROCURADOR : CHARLES DE LIMA LOURENÇO (EM CAUSA
PRÓPRIA) E OUTROS - CE012391

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO POR ARBITRAMENTO. DECISÃO DA CORTE LOCAL AFASTANDO A NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO E CONSIGNANDO QUE O DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO RESTOU DEMONSTRADO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O Tribunal de origem, valendo-se da acurada análise dos elementos de prova acostados aos autos, consignou expressamente que não houve qualquer irregularidade na autuação fiscal. Afastou, nesta senda, o reconhecimento do direito líquido e certo da empresa impetrante a albergar a segurança almejada.

2. A modificação do acórdão recorrido, a fim de se acolher a pretensão deduzida no Apelo Nobre, de reconhecimento da ilegalidade da cobrança do ISSQN, na forma almejada, não dispensaria nova incursão no acervo probatório dos autos. Isso porque, adotando-se o entendimento firmado nesta Corte Superior, verificar a existência de prova do direito líquido e certo demanda nova incursão no conteúdo fático-probatório dos autos.

3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator

